

# Normatividade e economia libidinal: a moral sexual do sujeito no neoliberalismo

*Josiane Cristina Bocchi*<sup>1</sup>

*Sérgio Isler Junior*<sup>2</sup>

Universidade Estadual Paulista

**Resumo:** Este trabalho objetiva explicitar a normatividade neoliberal e suas relações com o erotismo. Pretende-se abordar algumas normas de conduta da racionalidade neoliberal e discutir seu impacto na forma como nos relacionamos com o prazer e com a satisfação. A estrutura de análise apoia-se em narrativas sociais sobre trabalho, corpo e comportamento, discutidas à luz da psicanálise. Conclui-se que o neoliberalismo e o conservadorismo promovem perdas na experiência erótica singular. Seus respectivos discursos visam regular algo da economia libidinal do sujeito e de seu potencial de ação.

**Palavras-chave:** neoliberalismo; sofrimento; Psicologia; Psicanálise; sexualidade.

BOCCHI, Josiane Cristina; ISLER JR., Sérgio. Normatividade e economia libidinal: a moral sexual do sujeito no neoliberalismo. *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (28): 391-406, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587

<sup>1</sup> Mestre em Psicologia e Doutora em Filosofia. Professora do Departamento de Psicologia da Faculdade de Ciências (UNESP, Bauru) e do Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual (UNESP, Araraquara).

<sup>2</sup> Graduado em Psicologia pela Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP, Bauru).

## Normativity and moral economy: subject's sexual moral in neoliberalism

**Abstract:** This paper aims to explain neoliberal normativity and its relationship with eroticism. It intends to consider some implicit norms of conduct of neoliberal rationality and discuss their impact on how we relate to pleasure and personal satisfaction. The structure of the analysis uses social narratives about work, the body and behaviour, discussed in the light of psychoanalysis. It concludes that neoliberalism and conservatism promote the loss of singular erotic experience. The neoliberal and conservative discourses aim to regulate something of the libidinal economy of the subject and its potential for action.

**Keywords:** neoliberalism; suffering; Psychology; Psychoanalysis; sexuality.

## Normatividade y economía libidinal: la moral sexual del sujeto en el neoliberalismo

**Resumen:** Este trabajo pretende explicar la normatividad neoliberal y su relación con el erotismo. Busca abordar algunas normas de conducta implícitas de la racionalidad neoliberal y discutir su impacto en la forma en que nos relacionamos con el placer y la satisfacción personal. La estructura del análisis utiliza narrativas sociales sobre el trabajo, el cuerpo y el comportamiento, discutidas a la luz del psicoanálisis. La conclusión es que la razón neoliberal y el conservadurismo promueven la pérdida de la experiencia erótica singular. Los discursos neoliberales y conservadores tienen como objetivo regular algo de la economía libidinal del sujeto y su potencial de acción.

**Palabras clave:** neoliberalismo; sufrimiento; Psicología; Psicoanálisis; sexualidad.

**E**m face do cenário contemporâneo e de uma pauta de costumes dividida entre a insurgência de moralidades ultraconservadoras e o ensejo à autonomia e ao protagonismo da própria vida, perguntamos como o sujeito<sup>1</sup> vivencia seu corpo e se relaciona com o prazer e com o corpo do outro. Em outras palavras, como podemos desejar ou sermos desejados na atualidade? No século XIX, na chamada era vitoriana do mundo europeu, responderíamos que aos homens havia uma permissão para desejar, e às mulheres não; ou elas apenas poderiam fazê-lo no casamento, sob um rigoroso regime de condições. Freud (1908/1996) chamou isso de código de “moral dupla”, sendo mais flexível quando se tratava da sexualidade masculina, e mais repressivo quando se voltava para a sexualidade feminina. Essa configuração estava presente nos trajes da moda da época, que tinham a intenção de suprimir a sexualidade, mas produziam o efeito contrário: acentuando as formas do corpo feminino (cintura e seios, por exemplo) e encorajando a virilidade nos homens. Assegurava-se, dessa forma, um tipo de conformação entre os dois gêneros, “cabendo ao homem comportar-se como caçador, e a mulher, como presa” (MEZAN, 2005: 79).

Ao recolocar tal pergunta nos dias atuais (como podemos desejar?), é preciso considerar não só o papel dos estereótipos normativos de gênero, mas o acesso às novas tecnologias da comunicação que permitem uma ampla e massiva circulação de imagens geradoras de mudanças nas formas com os quais os indivíduos se relacionam com o desejo e a satisfação. A primazia contemporânea das imagens traduz-se em uma visibilidade extasiada de formas corporais idealizadas e sensuais, acompanhada por um declínio da função da palavra. Esse excesso convive com o retorno de uma rígida moral e ideais conservadores quanto aos costumes na cena pública. Tais elementos, presentes no discurso político e midiático contemporâneos, participam, fundamentalmente, da construção de uma subjetividade cuja economia libidinal esteja ligada ao consumismo, às expectativas de desempenho individual e à ideia de bem-estar, as quais marcam as relações sociais e o modo como nos constituímos psicologicamente em nossa época. A busca por um corpo apto, versátil e regulável pelos próprios indivíduos fundiu-se confusamente à ideia de estar saudável. Quais corpos são celebrados e quais corpos não são admissíveis no discurso social contemporâneo? Parece haver corpos que não são dignos de serem desejados, tampouco de vivenciarem qualquer forma de sensualidade.

O próprio desejo se encontra enclausurado em uma pretensão de racionalização das condutas e das vontades, pois a normatização neoliberal coloca o sujeito<sup>3</sup> em posição de buscar a adaptação normativa de si, de se enquadrar nas

<sup>3</sup> Empregamos o termo “sujeito” como um constructo referente ao tipo de subjetividade produzida em um dado contexto ou época. No nosso caso, o contexto é o campo social e o neoliberalismo. Como exemplo, se diz a subjetividade ou o sujeito

expectativas externas, como se isso garantisse aos indivíduos um encontro com a realização, com o sucesso e com a felicidade, como soluções finais reveladas pelos ideais propagados pelo discurso hegemônico. É possível, no entanto, racionalizar o desejo, dominá-lo e se autorregular por inteiro? E quais as consequências desse movimento, quanto de sofrimento e de culpa ele pode produzir? A depressão tem sido apontada como uma figura central da psicopatologia contemporânea, associada ao fracasso do sujeito em não conseguir extrair o máximo de desempenho de si e do seu prazer (DUNKER, 2021).

É a partir de tais questionamentos que este trabalho se propõe a discutir a racionalidade neoliberal, com o objetivo de explicitar elementos de sua psicologia no que tange às relações entre essa matriz liberal e o domínio do erotismo na subjetividade contemporânea. Discute-se, também, o encontro destas articulações com o recrudescimento de uma moral conservadora no Brasil atual. Nossa argumentação apoia-se em desdobramentos do trabalho de Foucault (2008), ao buscar compreender o neoliberalismo não a partir da instituição governo, mas pela forma com que o discurso do poder governa as condutas humanas (ANDRADE, 2019), com destaque para as contribuições de Dardot e Laval (2016) e Safatle (2021) sobre o tema.

## Razão neoliberal: empreendedorismo, psicologia e moral

Para apontar questionamentos a respeito das formas de relação do sujeito com sua economia erótica, abordaremos alguns princípios da normatividade neoliberal. Importante notar que, apesar de se apresentar como uma forma radical de liberdade e de autonomia do indivíduo em relação ao Estado, o neoliberalismo atua como um tipo de Estado total, possuindo uma engenharia social que se faz presente diretamente nos conflitos sociais e nas subjetividades dos indivíduos (SAFATLE, 2021). Entendemos o neoliberalismo, portanto, como um sistema socioeconômico que traz consigo uma matriz de ideias psicológicas, uma psicologia própria (SAFATLE, 2021). O que chamamos de razão neoliberal diz respeito à articulação do neoliberalismo com uma racionalidade que inclui uma forma de gestão da vida social e uma estrutura disciplinar intrínseca, a qual atua na regulação dos corpos e de comportamentos. Os setores que repercutem a vida neoliberal também possuem sua biopolítica, a qual vincula governança, estados políticos de ordenamento social a atitudes subjetivas e discursos interiorizados pelos indivíduos. Foucault (2008) aponta como o neoliberalismo desdobra o modelo econômico de oferta e procura, de investimento-lucro-custo, em um modelo das relações sociais, da existência e da forma com que o sujeito se relaciona consigo mesmo. No caso da racionalidade neoliberal, um dos seus principais efeitos é produzir uma autogestão (comportamentos, pensamentos, sexualidades, estilos de vida) em moldes análogos aos que estruturam uma empresa.

Em outras palavras, a racionalidade neoliberal produz o sujeito de que necessita ordenando os meios de governá-lo para que ele se conduza realmente como uma entidade em competição e que, por isso, deve maximizar seus resultados, expondo-se a riscos e assumindo inteira responsabilidade por eventuais fracassos. “Empresa” é também o nome que se deve dar ao governo de si na era neoliberal (DARDOT e LAVAL, 2016: 328).

neoliberal – como em Dardot e Laval (2016) – ou a economia libidinal do sujeito. O termo “indivíduo”, também utilizado aqui, representa a ideia de uma pessoa ou, no plural, um conjunto delas. Indivíduo e sujeito não são usados como sinônimos, embora suas acepções, por vezes, sejam equivalentes: indivíduo moderno ou o sujeito da modernidade.

Na medida em que falamos de autogestão, da maneira da racionalidade neoliberal produzir um sujeito que se conduza assumindo risco e responsabilidades por seus fracassos, a noção de liberdade, como apontado por Silva e colaboradores (2020), fortemente presente no ideário social e nas obras de autores importantes da tradição neoliberal, surge como uma liberdade condicionada, em que o indivíduo é livre para se realizar de acordo com os ideais normativos que lhe são impostos, de forma que a coerção nem sequer é percebida enquanto tal (HAN, 2017). Valores como a liberdade e a própria saúde (e saúde mental em especial) se apresentam como um excesso de positividade, de liberdade do indivíduo de constituir a si mesmo, e aos seus, de acordo com os parâmetros sociais, excessivamente massificados, de realização pessoal e existencial. Dessa forma,

o tu podes gera coerções massivas nas quais, via de regra, o sujeito de desempenho se fragmenta. A coerção autogerada lhe parece ser liberdade, de tal modo que ela não é reconhecida enquanto tal. O tu podes exerce inclusive mais coerção do que o tu deves. (HAN, 2019: 23-4)

A partir do exposto, seguimos com a hipótese de que há diferentes formas de atuação do discurso neoliberal na vida social. Levantamos dois pontos principais desse discurso que servem de eixo para nossa crítica: a administração de si, calcada na autonomização das funções do Eu, e a interiorização da concorrência nas subjetividades, vinculando desejo e consumo. A questão não é simplesmente trabalhar e consumir. O propagado imperativo *“Trabalhe enquanto eles dormem!”* revela que se trata de fazer isso tudo, porém, fazer mais do que os outros, mais do que “eles”, que dormem. Eles quem? O pronome não designa ninguém em específico, justamente porque pretende englobar todos. O pensamento neoliberal contemporâneo manifesta-se nos setores de reprodução da vida material e psíquica, como na comunicação de massa, na religião, na educação, nas universidades, nas organizações políticas e, especialmente, no vasto campo encarnado das condutas e das falas que convidam à individualização, à idealização da aparência corporal e à pulsante competitividade do sistema econômico neoliberal. Todos contra todos, alicerçados na posição de se viver como uma empresa, competindo com os demais, abaixo, acima e ao lado, com seus pares principalmente.

Han (2017) designa os processos de individualização da atualidade como sujeito do desempenho. Diferente do sujeito disciplinar, descrito por Foucault (2003), o qual estava submetido a uma instância externa de domínio que o obrigava ao trabalho e à exploração, o sujeito do desempenho é submisso a si mesmo e à sua interioridade psíquica: *“A queda da instância dominadora não leva à liberdade. Ao contrário, faz com que liberdade e coação coincidam. Assim, o sujeito de desempenho se entrega à liberdade coercitiva ou à livre coerção de maximizar o desempenho”* (HAN, 2017: 30). A sociedade do desempenho, termo usado por Han para pensar a sociedade atual, é como uma evolução da sociedade disciplinar: a instância de domínio foi internalizada pelos indivíduos. O controle tem seu ponto de partida no sujeito, e por isso é mais eficaz e, também, de baixo custo, uma vez que exige menor dispêndio das estruturas opressoras externas.

Como efeito, a liberdade propagada no contexto neoliberal coloca o sujeito numa trama individual e solitária, guiada pela necessidade de cumprir metas promissoras de sucesso e de satisfação. Em contrapartida, o que ocorre com os conflitos inerentes aos processos psicossociais e os dilemas desse indivíduo que internalizou a opressão? Para o discurso liberal corrente, o compreender a si mesmo e gerir a vida em comum tornaram-se uma tarefa supostamente fácil,

reinserida nos códigos de uma razão instrumental, herdeira insistente dos ideários de liberdade individual e da igualdade de direitos, da filosofia iluminista. Assim, a economia e demais setores da vida social reproduzem narrativas voltadas à busca da internalização de predisposições psicológicas formadoras do caráter, ao ilustrar um conjunto de ideias psicológicas de caráter neoliberal, uma matriz diretamente ligada à autonomização do indivíduo empreendedor.

Mas e o problema do desejo, sua viabilidade e contradições? O desejo

passa a se articular com suas realizações práticas, com a mudança concreta em termos de propósito e de consumo na via moral das pessoas. Nada mais de conflitos ou de grande esforço hermenêutico para entender a história ou as oposições de nossos sonhos, eles são dados de forma direta na enunciação de demandas, de propósitos ou de fluxos. (DUNKER, 2021: 184)

Christian Dunker (2021) afirma que nossas vidas, atualmente, foram conduzidas à evitação do conflito, processo acompanhado por uma retórica de ampliação das funções do Eu. É como se bastasse seguir algum tipo de trilha do sucesso, anunciado em fórmulas genéricas como “10 regras para uma vida feliz”, “4 passos para a paz de espírito”, “comer saudável e viver mais”, e inúmeras listas semelhantes. Recai sobre os indivíduos toda a responsabilidade de cumprir os itens, gerir seu bem-estar e encontrar a felicidade, caso contrário ele terá que se haver com a ideia do fracasso. A mídia, a publicidade e a propaganda são responsáveis pela divulgação de ideais normatizadores, que buscam englobar todas as esferas da vida do sujeito, de acordo com um ideal de uma boa vida, pautado numa lógica de consumo e legitimado pelo discurso científico (LOVATO, 2014).

Freud (1930/1996), em *Mal-estar na civilização*, aborda três formas de sofrimento, relacionadas ao corpo, à natureza e à relação com o outro/social. Segundo o autor, a última fonte, que é comumente pensada como a mais fácil de ser resolvida, é justamente a responsável pelos piores sofrimentos. A tendência contemporânea a evitar o conflito tem a finalidade de impedir que o indivíduo chegue a uma reflexão que vincule o que não vai bem em sua vida com o prejuízo das leis, do sistema social e econômico. Existe um discurso social corrente que induz os indivíduos a evitarem a introspecção e perguntarem sobre seu desejo, uma vez que elas são direcionadas às respostas rápidas para o que não está bem, como “ir à academia/comprar/viajar” e procurar um médico ou outro especialista. Importante notar que o mal-estar, para Freud, está ligado à noção de uma modalidade de pulsão sem representação e a um conflito inconciliável com a vida social, não sendo, portanto, algo passível de uma resolução definitiva, e sim de uma constante regulação, de forma que podemos desconfiar de soluções que prometem bem-estar e sucesso. A psicanálise deixa claro que não existe antídoto para a angústia e para seu mal-estar, a não ser seu enfrentamento e o esforço de sentido e de reconhecimento dos conflitos e de seus termos.

É importante frisar que a gestão de si significa, também, uma competição com o outro, o que favorece a interiorização de princípios empresariais de performance. Essa é a forma das relações intersubjetivas do sujeito neoliberal. É preciso se aperfeiçoar constantemente, superar-se a cada instante, para que não seja passado para trás. Com o declínio do conflito na subjetividade atual, o que se busca é que os indivíduos trabalhem para as empresas como se trabalhassem para si mesmos, buscando eliminar qualquer tipo de sentimento de alienação dos indivíduos com seu trabalho, como se o desejo dos patrões fosse o seu próprio desejar (DARDOT e LAVAL, 2016). Eliminar o sentimento de alienação para alienar com grande efetividade, ou seja, atribuir naturalidade aos fatos sociais e inverter as

produções sociais como manifestações da natureza (LANE, 1978). Esse movimento fica claro quando analisamos a atual psicopatologia psiquiátrica, pautada em explicações e soluções de cunho medicalizantes, que não levam o sujeito a buscar uma compreensão de si e de seu sofrimento, mas sim de se entender e se apresentar como alguém que é “portador” de um problema que o impede de ter um desempenho adequado, de se regular como uma maquinaria e se fazer presente na competição pelo sucesso. Hesitações e questionamentos sobre a causa do sofrimento e sobre as diferentes possibilidades de existência ficam suspensos. No repertório do discurso social e cotidiano das políticas auto afirmativas e positivas, só existe lugar para convicções: se pensar demais, não faz.

A internalização da competitividade se articula com a própria forma do trabalho. Quando olhamos para o cenário da flexibilização do trabalho no Brasil, nos deparamos com formas de contratação que não garantem segurança ao trabalhador, com aumento de contratos com prazos indeterminados e altos níveis de rotatividade nas vagas, além do crescimento da terceirização, de contratos especiais e da invisibilização das relações de trabalho, com o crescimento de aplicativos como a Uber e a pejotização (KREIN *et al.*, 2018). A competitividade é interiorizada no mesmo processo em que a manutenção do emprego é incerta, ao passo que as pressões para as especializações, para as promoções e o tão sonhado enriquecimento recaem sobre os indivíduos, com a valorização de personalidades milionárias, como Elon Musk, Bill Gates, Jeff Bezos. O discurso é meritocrático e individualista: esforço individual e foco são as medidas do sucesso profissional. O outro surge no horizonte como um adversário, tanto na corrida ideal, e distante, pelo enriquecimento, quanto na disputa pelo mínimo, pelas vagas de emprego num cenário de extensas jornadas de trabalho. Culpar e responsabilizar os indivíduos pelo fracasso em prosperar no mercado de trabalho formal tiram de cena da subjetividade o questionamento sobre as injustiças e desigualdades que fundamentam a produção.

Destaca-se, a título de ilustração, algumas narrativas que são expressivas em relação ao discurso normativo do neoliberalismo, na forma de frases que circulam em propagandas, programas de *reality show*, redes sociais, que são como imperativos de um discurso implícito e explícito de normas e condutas. O recurso a uma retórica motivacional, presente em palestras nos ambientes de trabalho, escolas, redes sociais, e nas falas de *coaches* marca uma das principais formas de como o discurso neoliberal se apresenta. Frases com ideais de superação, produtividade laboral, como o “*Trabalhe enquanto eles dormem!*”, ou “*Mantenha o foco e a disciplina!*”, “*Se arrisque!*”, “*Saia de sua zona de conforto!*”, entre outras, demonstram a imperatividade desse discurso, que dirige os indivíduos a uma disputa acirrada em direção à normatização de si. O próprio corpo passa a ser considerado como um produto de uma escolha, de uma modelagem individual, de forma que seus limites não devem ser considerados como limites ao gozo e ao desempenho (DARDOT e LAVAL, 2016).

Quando pensamos na relação do sujeito com o corpo, podemos destacar um conjunto de imperativos que entram em cena. Como apresentado por Bocchi (2021), o discurso sobre a alimentação saudável e a boa saúde transformaram a noção de saúde em sinônimo de boa forma. Sobre o sujeito, recai toda a responsabilidade em manter seu corpo de acordo com os padrões ideais de saúde e beleza: “*você é o que você come*”. O cultivo do corpo saudável também se torna num estilo de vida a ser consumido, a vida *fitness*. O sufixo “*fit*” passa a estar presente em várias atividades: *fitdance*, comida *fit*, *ballet fit*, moda *fit*, etc. As academias se multiplicam na paisagem urbana e as formas de suas propagandas se repetem

constantemente: a imagem de alguém com os músculos definidos, acompanhada de frases como: *“Tenha uma vida mais saudável!”*; *“tenha o corpo que sempre sonhou!”*; *“fique com o corpo pronto para o verão!”*. A retórica publicitária é dirigida para comportamentos de saúde ou de risco, e caracteriza um discurso imperativo sobre o corpo, afinal, *“a preguiça é inimiga do sucesso!”*

Bocchi (2020) resgata o conceito psicanalítico de hipocondria, o qual remete a uma experiência alterada do corpo, como se todos nós estivéssemos convictos de estar doentes, ou evitando o adoecimento, mesmo quando se está organicamente saudável: *“As injunções direcionadas à conquista de um corpo saudável são mantidas às custas da ameaça latente da imagem de um corpo mórbido ou moribundo”* (BOCCHI, 2020: 200). Dessa forma, podemos apontar também sobre como a racionalidade neoliberal, ao dirigir os indivíduos de forma a dividi-los entre os que são dignos de desejarem e de serem desejados, colocam aqueles que estão com um corpo distante do padrão normativo de beleza e de boa forma, por exemplo, em posição de arcar com toda a culpa por estarem distantes deste padrão, sendo excluídos da condição de serem atraentes e desejáveis, tanto quanto da condição de desejarem: para isso, será preciso se adequar à norma, mesmo que ela seja segregacionista e não leve em consideração as diferentes formas corporais e possibilidades estéticas e comportamentais de expressão de si.

Sintetizando os diferentes pontos apresentados, para caracterizar a normatividade neoliberal, destaca-se a visão da conduta competitiva como uma habilidade do sujeito contemporâneo e a interiorização da ótica empresarial como forma de relação consigo e com o outro, a partir das quais a intersubjetividade assume um utilitarismo de fato e de direito. O sujeito e o outro se reportam como objetos, e são reportados como tal. Em paralelo a esta perda de experiência com a alteridade, estimula-se uma ruidosa e convicta autonomia individual (*“Você pode! Você é livre para...”*).

Existiria um autocentramento também no âmbito da vivência da sexualidade, nas formas corriqueiras pelas quais o indivíduo gratifica-se sexualmente e na busca pelo corpo do outro, ao mesmo tempo cultuado e predado (BIRMAN, 2009). Ao obter o desejo do outro, na medida em que este é valorizado de acordo com os padrões normativos, o indivíduo se afirma como alguém desejável, e pode ocupar um lugar na dinâmica social do desejo. Constitui-se, assim, manipulação do outro como técnica de exaltação de si mesmo: *“o eu é transformado em objeto de admiração tanto para os outros, quanto para o sujeito, que busca alcançar o brilho social, que é outra forma de nomear o reconhecimento dado pelo Outro”* (BOCCHI, 2021: 185).

Por outro lado, estamos imersos em discursos normativos, moralistas e dúbios, que, como uma mola propulsora, pressionam para determinadas direções e favorecem certos comportamentos (desconfiar, avaliar-se, fazer), em detrimento de outros (agregar, dividir, formar grupos, dentre outros). Algumas das direções mais comuns na psicologia neoliberal são a hipervalorização das noções de indivíduo, de família (você e os seus), a valorização do empreendedorismo e dos elevados padrões de beleza e de saúde. Para além disso, o corpo e a sexualidade estão impregnados de simbolismos (flexibilidade, fluidez, metamorfose, renovação e satisfação sem limites), que são compatíveis com as normas de produção e de consumo na vida pública.

Nota-se, no debate público, a força que uma direita reacionária e o evangelismo vêm assumindo nos últimos anos no cenário nacional. Ronaldo de Almeida (2017) aponta algumas linhas centrais para compreender a conjuntura conserva-

dora brasileira, levando em consideração o papel do setor evangélico no fortalecimento de pautas conservadoras e até reacionárias. Almeida (2017) discute sobre a racionalidade neoliberal, demonstrando como essa forma de regulação social se faz presente na mídia, na igreja e na política tradicional, ao promover a ideia de liberalismo econômico e conservadorismo moral. Tal encontro se expressa através de uma ramificação comum, denominada por ele de “meritocrática e empreendedora”, que valoriza o esforço individual, em oposição a políticas públicas e sociais de transferência de renda. Esse discurso ideológico também se encontra em setores religiosos, em especial entre os neopentecostais e no que tange à Teologia da Prosperidade, a qual prega a ascensão econômica como sinal de que Deus age em sua vida. É interessante notar que esta noção de ascensão não está ligada à disciplina com o trabalho, mas em estar disposto a atuar de maneira empreendedora, de se tornar patrão. Uma característica do discurso neoliberal é a valorização do empreendedorismo e do incentivo a uma autonomia utópica, pois a imagem do patrão ou “dono do próprio negócio” é a redução simbólica de uma emancipação trabalhista ingênua e do ensejo à administração de si e à suposição de controle sobre a própria vida. Trabalhar e viver não são suficientes, é preciso almejar sempre mais - afinal, a menos que se torne um bilionário (bem pouco provável - para não dizer impossível -, dadas às desigualdades materiais e disputas de classe), sempre haverá um posto acima, para direcionar e orientar o desejo e os esforços individuais na vida contemporânea.

Almeida (2017) também aborda a disputa pela moralidade pública como importante vetor de força no cenário conservador, destacando a participação das religiões cristãs neste discurso, com o protagonismo dos evangélicos pentecostais, que atuam de maneira ativa para inscrever seus códigos morais e sexuais (reprodução, matrimônio e modelos heteronormativos) na ordem legal do país. A força de tal movimento se traduz na influência que as pautas morais ganharam no Poder Legislativo. Dentre as principais posições da direita reacionária e conservadora, destacam-se a luta contra a legalização do aborto, a ostentação da família nuclear constituída pela união entre homem e mulher como única maneira legítima de laço amoroso ou conjugal, bem como as manifestações preconceituosas contra qualquer sexualidade não hegemônica, como expresso em projetos políticos como a PL 4931/2016, apelidado como “projeto de Cura Gay” e nas *fake news* como a “ideologia de gênero” e o “kit gay”. Encontramos em figuras importantes do cenário conservador contemporâneo brasileiro, como na ex-Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damara Alves, falas que propagam estereótipos de gênero, como em “menino veste azul e menina veste rosa”, e em outros momentos em que se reforça o papel da mulher como submissa ao homem (FERREIRA e NASCIMENTO, 2020).

Contudo, as reflexões deste trabalho indicam que o conservadorismo evangélico e a experiência neoliberal compartilham de pressupostos convergentes no que concerne aos seus efeitos pragmáticos nas relações sociais de poder e na linguagem cotidiana. A chamada teologia da prosperidade trabalha com categorias ideológicas e psicológicas, tanto quanto a ideologia do livre mercado. Ambas as experiências se utilizam de uma concepção molecular de sociedade, ordenada por unidades divisíveis e independentes (indivíduos, núcleos, família); e também reforçarem a centralidade do sucesso individual e da via meritória, em detrimento do reconhecimento das desigualdades sociais. Os discursos conservador e neoliberal instrumentalizam noções de uma psicologia diretiva e normativa que, implícita ou explicitamente, dirige-se às representações de si e às forças criativas do campo intersubjetivo e social.

## Economia libidinal e subjetividade neoliberal

A sexualidade, como explicitado pela psicanálise, caracteriza o signo do que é singular, não categorizável e, frequentemente, não nomeável, fazendo coincidir o sexual com o que não é idêntico ao si mesmo, uma vez que muitos afetos e comportamentos ligados à esfera sexual escapam à consciência. Assim, para a psicanálise, o registro do sexual remete ao recalque, às identificações inconscientes e à ambivalência de amor e ódio; neste sentido, o sexual carrega as marcas da ambiguidade e da diferença. Este trabalho concebe a sexualidade em um espectro que está para além dos problemas de gênero e tendo como ênfase o sujeito e sua relação com o corpo, com o prazer, a satisfação ou as inibições, isto é, sua economia libidinal. Tais aspectos são problemáticos e cruciais, do ponto de vista da ascensão de uma moralidade conservadora, uma vez que a vida erótica e seus efeitos simbólicos constituem-se fonte de vitalidade, afetividade e volições na vida humana. Um ponto fundamental da ruptura entre Freud e Jung foi a discordância entre eles sobre a concepção de libido. Freud preferiu manter a energia libidinal como distinta de outras formas de energia psíquica, preservando sua especificidade ligada à sexualidade como uma força quantitativamente variável capaz de mensurar processos ligados à fonte dos fenômenos psicosssexuais observados pela psicanálise e à vida amorosa do ser humano (FREUD, 1905). E referiu que o caráter qualitativo da libido está em sua ligação com o ego – libido do ego ou libido narcísica – e com o campo objetual, esferas estas que se articulam por um fluxo e refluxo libidinal constante entre o eu, os objetos e todas as partes do corpo.

Se, por um lado, nas últimas décadas, passamos por mudanças consideráveis na moralidade sexual, na nossa relação com o corpo e por desenvolvimentos nas áreas da saúde e da prevenção, os quais aumentam a circulação de informações e de ações a respeito do sexo e da sexualidade, ainda há, nos pacientes psicanalíticos, queixas a respeito de seus conflitos e de falta de satisfação na vida erótica (GREEN, 1995). E ainda, “*mudanças e hábitos sociais atuais das pessoas não trouxeram melhoria significativa da vida sexual, proporcional às modificações da moralidade pública*” (GREEN, 1995: 218).

A sexualidade esboça a marca do desencontro do sujeito com as normas sociais, assim como o exemplo do sintoma na histeria, que estampava o impacto que certos padrões normativos tinham para a subjetividade da época vitoriana, especialmente nas representações de masculino e de feminino do final do século XIX. Padrões normativos estes que buscavam operar uma aniquilação do caráter singular do sujeito, naquilo que se distanciava das convenções vigentes sobre o matrimônio, sobre o regime de prazeres e deveres relativos aos corpos dos homens e das mulheres e sua apresentação na vida pública.

A prática psicanalítica nasce da escuta do desejo sem lugar da histeria, e de como, para a psicanálise, o sexual afirma um desacordo com o social, como Freud discute extensivamente tanto em *Moral sexual ‘civilizada’ e a doença nervosa moderna* (1908/1996), como o fundamento cultural das neuroses, quanto em *Mal-Estar na Civilização* (1930/2011), como quando o desencontro é traço irreduzível da angústia. Não que esse desacordo aponte para a necessidade de uma nova norma ideal ou para uma desistência da ação política. Pelo contrário, a impossibilidade de ajuste da sexualidade às normas sociais aponta para como tais imposições são opressoras e, por isso, adoecedoras. É por esse motivo que a psicanálise, através de uma concepção crítica de sujeito e de sexualidade, distante de qualquer psicologismo naturalizante, pode contribuir para o debate sobre a

normatização neoliberal que produz um sujeito fragmentado em relação ao desejo. Não é estranho que haja interpenetrações entre a economia externa e a economia psíquica dos indivíduos que, através de suas escolhas e estruturas individuais, sustentam regimes locais ou globais de consumo e de trocas.

Faz parte das estratégias retóricas de adesão ao capitalismo definir a forma de produção de bens e do consumo como expressão da satisfação de interesses e de maximização de prazer e, através disso, consolidar os imperativos de concorrência e empreendimento como expressão de traços naturalizados do comportamento humano. Assim, nos parece que nossa servidão social está apoiada e é mantida pela naturalização de certa psicologia que serve de base à economia reinante. É na decomposição de tal fundamento psicológico da economia que a crítica psicanalítica ao capitalismo se insere (SAFATLE, 2020: 69).

Quanto à economia libidinal ser afetada pelo jogo de forças externas e responder a fatores psicossociais gerados por modos de vida, não surpreende que Freud caracterize o conceito de libido como análogo ao da fome, “libido deve nomear a força com a qual a pulsão se manifesta” (FREUD, 1916: 199). Esta é uma força que tem a propriedade de aumentar, diminuir, deslocar-se, condensar-se e impregnar o ego, objetos e o mundo da fantasia: “estabelecemos o conceito de libido como uma força quantitativamente variável que poderia medir os processos e transformações ocorrentes no âmbito da excitação sexual” (FREUD, 1905/1997: 94). A grande questão dessa definição de libido é que ela é seguida pela de erogeneidade: não apenas as zonas erógenas respondem libidinalmente, mas todos os órgãos do corpo, dirá Freud (1905; 1914). A ascese da moral reacionária no caso do Brasil, como abordada anteriormente neste trabalho, e sua articulação com extratos da vida erótica pode ser pensada à luz da economia libidinal da subjetividade contemporânea e de sua marca de intolerância em relação ao outro, o que é diferente dos padrões elegíveis para um indivíduo, uma determinada religião, um grupo e seu sistema moral.

É possível que a intolerância ao outro, marca da moral reacionária e neoliberal, seja alimentada por uma violência acarretada pela normatividade moral às particularidades de formas de ser e de viver dos indivíduos. Ferenczi aponta que, “entre outras coisas, o sentimento de culpabilidade, no erotismo adulto, transforma o objeto de amor em objeto de ódio e afeição, ou seja, um objeto ambivalente” (FERENCZI, 1992: 106), sendo, portanto, a culpabilidade, corolário do ódio. Na medida em que a cultura reprime, desde que somos crianças, aspectos libidinais e eróticos que envolvem os afetos em suas formas de vivência e expressão, bem como a própria escolha de objetos amorosos, também instaura culpa (expressão que, não ironicamente, é presente nas áreas jurídicas para remeter a responsabilidade de alguém que comete um ato criminoso) sobre tais questões presentes na história de vida dos indivíduos.

Tem-se edificado uma certa moral conservadora e dúbia que, abertamente, repudia formas não-hegemônicas de identidade e de orientação sexual, mas que se põe constantemente enlaçada com aquilo que nega, como se fruísse de uma satisfação às avessas daquilo que é recalcado no plano manifesto do discurso. Para reprovar um fato ou comportamento não é necessário reproduzi-lo à exaustão, seja na fala, seja na replicação de imagens, semelhante ao ensejo de, digamos, “repudiar, mas gozar”. Mas é preciso considerar que, no âmbito da vida psíquica, o ser humano tende a repetir o que lhe é intrínseco (e não simbolizado). Ao final da sua vida, Freud faz uma reflexão sobre a percepção de que sempre está faltando algo na experiência da sexualidade humana (FREUD, referências de notas,

1941). Esse fator intrínseco à sexualidade corresponde ao funcionamento da pulsão e de seus efeitos na forma de inibições e conflitos antagônicos à moralidade pública (GREEN, 1995). Trata-se de formas psíquicas (ligadas a experiências afetivas vividas, modelos de identificação, padrões de pensamento e de imagens) não tramitadas de forma criativa ou simplesmente não ressignificadas pelo próprio sujeito, pelos valores de seu grupo ou cultura. E, desse modo, ao sentir medo, atração ou repúdio ao que nos é desconhecido, o resultado é semelhante, como nos ensina a experiência com a clínica do trauma: reconstituir aquilo do qual se busca um domínio.

Quiçá reencontramos nesse traço do reprimir, reproduzindo – muito bem desenvolvido por Foucault (1988), como se sabe – algo da “moral dupla”, a que Freud (1908/1996) identifica nos códigos socioculturais que regiam comportamento e a sexualidade nos primórdios da psicanálise: regras mais flexíveis para a sexualidade masculina e normas repressivas para sexualidade feminina. Tratava-se de uma moral dupla que tinha como subproduto uma gama de atividades sexuais substitutas, como o adultério, a felação e as que davam suporte à abstinência sexual, como a masturbação e o coito interrompido. Freud (1908/1996) assinala que grande parte das satisfações substitutas correspondem às práticas sexuais infantis não superadas, predispondo a formas de neurose e de psicose.

Como na vida social é imprescindível que existam princípios reguladores do contrato social e tipos de norma (o que é diferente de uma normatização da vida), a sexualidade aponta para a necessidade de normas sociais de conduta que abriguem a diferença entre uns e outros, e não que operem uma busca infinita por sua anulação. Assim, o sexual, como o não idêntico, um outro em sua radicalidade, excede para além das identidades e de esquemas subjetivos e psicológicos. Através do sexual como núcleo afetivo primário de nossas vidas, funda-se a negatividade do nosso corpo real e suas capacidades simbólicas, irreduzíveis às demandas da produção externa e, na verdade, em constante conflito com elas.

O corpo e os afetos, ou seja, aquilo que não é abarcado pela racionalidade, pelas injunções do controle do si mesmo, como pedra no sapato da razão neoliberal, manifestam-se como aquilo que aponta para a necessidade de outras formas de contratos e de laços sociais que permitam a realização. Contudo, grande parte da dimensão erótica da vida contemporânea, conforme estamos indicando neste trabalho, está subsumida ao domínio da imagem, do desempenho e da administração ininterrupta da subjetividade individual. O que perdemos no terreno do erotismo, em termos de força para abertura e potencial criativo, é recuperado e maximizado pela norma concorrencial e vertiginosa da vida contemporânea, esta que leva os indivíduos a uma busca implacável por um tipo de vida ideal, na qual o bem-estar e o sucesso individual são propagados como conquistas estritamente individuais e ao alcance de qualquer um. Porém, o que a concepção psicanalítica da sexualidade nos aponta é justamente que tais promessas buscam encobrir uma falta que é irreduzível a tais garantias, falta que não se esgota em idas ao shopping ou programas de dieta e treinos extenuantes de exercício físico.

Contudo, embora tais normas falhem em esconder a falta desejante e não suprimam a angústia, elas são extremamente segregadoras e delimitam os corpos que podem e os corpos que não podem participar do “circuito” do desejo, a partir do quanto se adequam às expectativas normativas de boa forma, de expressão da sensualidade e de poder econômico. Tal inclusão é difícil para quem fica de fora e também para quem está dentro da norma, isto é, mesmo aqueles indivíduos que se encontram próximos aos padrões de boa forma e de beleza precisam arcar com

custos objetivos e subjetivos para se sustentar nesse lugar. O avanço de concepções conservadoras representa um recrudescimento dessas normas, as quais se relacionam com o aumento da violência, do preconceito, da exploração da força de trabalho. O apagamento do conflito, expressão de nossa subjetividade, como dissemos, remete ao impedimento de fazer perguntas sobre as normas, duvidar de tantas convicções, questões estas que apontariam para incongruências da normatividade, podendo liberar-nos de alguns imperativos sociais citados ao longo do trabalho. Mas isso, é claro, poderia resultar numa transformação social de nenhum interesse às classes dominantes.

O tempo é uma questão fundamental para o sujeito psíquico e também o é no sentido social e biológico, pois, para além de produzir, o corpo precisa de descanso, de intervalos, de tempo para ficar só, para não fazer nada de útil. É preciso, enfim, um espaço para que se viva a experiência de conhecer o outro e a si mesmo. A racionalização do desejo, porém, não dá espaço para a experiência da própria angústia, tampouco para as assimilações da experiência desejante. A necessidade de trabalhar sempre mais, seja para obter o mínimo para viver (sobreviver, como no caso da maioria da população brasileira) ou para desempenhar melhor, se especializar e “conquistar seus sonhos”, tira o tempo da vida, da experiência e do olhar para si, mantendo o conflito distante das subjetividades neoliberal e moralista conservadora.

## Considerações finais

O presente trabalho buscou contribuir no debate sobre a subjetivação contemporânea, ao delimitar um contexto psicopolítico relacionado ao atual sistema econômico, e problematizar uma perspectiva crítica sobre o neoliberalismo que, para além de seus fins imediatos, também fomenta internalizações de representações de si e predisposições psicológicas. Foram apresentadas algumas narrativas sociais comuns nas quais se pode indicar como a experiência neoliberal se constitui como um sistema cujos preceitos normativos implícitos retiram valor do campo de possibilidades das ações transformadoras do indivíduo, concomitantemente a uma deslibidinização da experiência erótica singular, em nome do fortalecimento de outras metas (vencer, dominar-se, curar-se), mais utilitárias, agora reanimadas pela força da sexualidade. Esse é nosso principal apontamento, mas não o único.

Estranhamente, o discurso neoliberal e as forças conservadoras no Brasil fazem isso: despolarizar o potencial afetivo-erótico, mesmo que, aberta ou indiretamente, incentivem as experiências sexuais. Mas este indulto ao sexo se dá no sentido superficial ou concreto, já que se explora o sensualismo das imagens dispostas, a fim de empobrecer a troca afetiva e a experiência passional como um todo. As massivas injunções eróticas contemporâneas, seja pelo discurso liberal do satisfazer-se sem limites ou do discurso moralista conservador do salvar-se a qualquer preço (o que também é uma forma de satisfação), utilizam-se ambas, igualmente, de imagens de corpos belos e fortes – a fricção, a nudez exposta – que são repetidas nos espaços públicos (mídias sociais, imprensa sensacionalista) até o limiar da indiferença.

Assim, o que seria da ordem de um potencial erótico mais criativo torna-se signo de comportamentos sexuais banalizáveis, fortemente investidos pela sensualidade externa, mas vazios de representações erógenas em seu interior. O erotismo é cooptado pela sexualização e, com frequência, leva a não satisfação e à perda do sentido daquilo que se buscava. O mais importante é que essa perda de

sentido é também, em termos de economia psíquica, uma perda da libido em sua ligação com os objetos da pulsão. Tal fenômeno pode ter como resultado externo formas de apatia e tédio (“Nada acontece”, “Todos são iguais”), e a não discriminação entre sensações e estímulos externos. Conclui-se que a moral sexual do sujeito no neoliberalismo, em grande medida, caminha para a produção de perdas na experiência subjetiva e individual, no que concerne à relação com o desejo e com um regime de trocas autenticamente satisfatórias com o outro e consigo próprio.

Alguns temas receberam maior atenção neste trabalho, como as opressões do sistema neoliberal: a interminável exigência de produtividade laboral e de melhora no desempenho. Outros tópicos importantes, como a governança neoliberal, o preconceito racial, a educação escolar, entre outros, não foram trazidos por uma questão de delimitação das práticas neoliberais pertinentes aos objetivos ora estabelecidos. A partir da complexidade do neoliberalismo e de sua capilaridade social, buscamos uma breve caracterização de alguns elementos discursivos e componentes desse sistema que, em sua ação pragmática, tem impactos deletérios na economia psíquica e libidinal do sujeito contemporâneo.

De modo geral, espera-se que este trabalho possa contribuir para pensar de forma mais crítica os discursos que visam modificar comportamentos, ao ditar ritmos de trabalho, o uso do tempo, porque isso opera como uma norma sobre como alguém dispõe de suas capacidades produtivas e como experimenta seu corpo e o campo afetivo. Reafirmamos o cunho sociopolítico e normativo das narrativas sobre essa forma de empreendedorismo que é levado às funções do Eu - emuladas tanto pelos liberais como pelos conservadores. Enfatizamos que sua finalidade é nossas representações de si e seus efeitos na dita autonomia individual. A oferta de serviços e de ajuda, oriundas da clínica psicológica contemporânea e das práticas do campo social e da saúde, devem permanecer atentas a essa engrenagem bastante brasileira. Embora as razões ultramoralistas e neoliberais sejam distintas, a finalidade de ambas visa a conter a diferença e seu potencial criativo e emancipatório.

*Recebido em 20 de maio de 2024.*

*Aprovado em 9 de dezembro de 2024.*

## Referências

- ALMEIDA, R. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. *Cadernos Pagu*, 50, 2017.
- ANDRADE, D. P. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. *Sociedade e Estado*, 34 (1), 2018.

BOCCHI, J. C. O corpo como ensaio para o amor e para a morte: narcisismo e desamparo em tempos de pandemia. *Natureza Humana*, 22: 1-13, 2020.

BOCCHI, J. C. A Recepção de Freud e da Psicanálise no contexto das neurociências cognitivas: das sinapses de Eric Kandel ao sujeito corporal de António Damásio. *Eleuthería – Revista do Curso de Filosofia* (UFMS), 6: 306-330, 2021.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUNKER, C. A hipótese depressiva. In: Safatle, V.; Silva Junior, N.; Dunker, C. (orgs.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021

FERENCZI, S. “Confusão de língua entre os adultos e a criança”. In: *Obras Completas, Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FERREIRA, D. M. M.; NASCIMENTO, I. Representatividade identitária da figura feminina no discurso da ministra Damares Alves. *Raído*, 14 (36): 475-492, 2020.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. *Nascimento da Biopolítica. Curso no Collège de France, 1978-1979*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 2003.

FREUD, S. Rascunho G. “Melancolia”. In: MASSON, J. M. (org.). *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess – 1887-1904*. Rio de Janeiro, RJ: Imago. 1986. (Original publicado em 1895)

FREUD, S. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1997 (1905).

FREUD, S. “Moral sexual ‘civilizada’ e doença nervosa moderna”. In: SALOMÃO, J. (org.). *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (vol. 9)*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. pp. 167-186.

FREUD, S. *O mal-estar na civilização*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011 (1927).

FREUD, S. “A vida sexual humana (Conferência XX). Amor, sexualidade, feminilidade”. In: *Obras incompletas de Sigmund Freud*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018 (1916).

GREEN, A. Sexualidade tem algo a ver com psicanálise? *The International Journal of Psychoanalysis*, 76 (5), 1995.

HAN, B-C. *A sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2017.

HAN, B-C. *Agonia do Eros*. Petrópolis: Vozes, 2019

LANE, S. Consciência/alienação: a ideologia no nível individual. In: LANE, S.; CODO, W. (orgs.). *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo, SP: Brasiliense. 1984.

LOVATO, S. *Fábrica do corpo neoliberal: ditos e não ditos dos discursos midiáticos sobre beleza e saúde*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Práticas de Consumo), ESPM, São Paulo, 2019.

MEZAN, R. *Freud, pensador da cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

KREIN, J. D.; ABÍLIO, L.; FREITAS, P.; BORSARI, P.; CRUZ, R. Flexibilização das relações de trabalho: insegurança para os trabalhadores. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região*, 52: 41-66, 2018.

SAFATLE, V. “A Psicologia é a continuação da economia por outros meios”. In: SAFATLE, V.; SILVA JUNIOR, N.; C. DUNKER, C. (orgs.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SAFATLE, V. *Maneiras de transformar mundos: Lacan, política e emancipação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SILVA, D.; PESTANA, H.; ANDREONI, L.; FERRETTI, M.; FOGAÇA, M.; SENHORINI, M.; SILVA JUNIOR, N.; BEER, P.; AMBRA, P. “Matrizes psicológicas da episteme neoliberal: a análise do conceito de liberdade”. In: SAFATLE, V.; SILVA JUNIOR, N.; DUNKER, C. (orgs.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.